

5.1.11. Função Previdência Social

O Ministério da Previdência Social - MPS tem seu orçamento vinculado quase que na sua totalidade à Função Previdência Social, e à Função 28 - Encargos Especiais. Ao longo do período de 2005 a 2009, o valor empenhado na função Previdência Social cresceu, R\$ 81,5 bilhões, correspondendo a uma variação de 54,6%. Considerando que 95% da execução verificada na função Previdência Social correspondem à subfunção Previdência Básica, responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, o aumento verificado deve-se, principalmente, pelos reajustes anuais ocorridos no período. Ressalta-se que, no mesmo período, o valor do salário mínimo aumentou 55%, de 300 para 465 reais.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" 2005/2009

em R\$ milhões

PREVIDÊNCIA SOCIAL	EMPENHADO					TOTAL
	2005	2006	2007	2008	2009	
OFSS	149.177	169.496	186.217	205.052	230.685	940.627

Fonte: Siafi



A função Previdência Social abrange o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e o Regime de Previdência Complementar - RPC.

O RPPS abrange o regime próprio de servidores e o regime próprio dos militares. O regime próprio dos servidores está previsto no art. 40 da Constituição Federal e é regulado pela Lei nº 9.717, de 27/11/1998, e pela Lei nº 10.887, de 18/06/2004. O fundamento constitucional do regime próprio dos militares está no art. 142, inciso X, da Constituição Federal e é regulamentado pela Lei nº 6.880, de 09/12/1980.

O RPC é composto pelo regime complementar ao RGPS e pelo regime complementar ao RPPS. Aquele é previsto no art. 202 da Constituição Federal e possui natureza privada, cabendo à União somente a fiscalização e a regulamentação, razão pela qual não há recursos alocados para esse regime. O regime complementar ao RPPS, de natureza pública, está previsto nos parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal e ainda não foi instituído na União.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS tem por base o caráter contributivo, a filiação obrigatória e o equilíbrio financeiro

e atuarial.

São características da previdência social: a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade e à gestante; a proteção do trabalhador em face de desemprego involuntário; a garantia de salário-família e auxílio-reclusão para dependentes de baixa renda; e a pensão por morte do segurado.

O financiamento da previdência social compete a toda a sociedade, de forma direta e indireta, por meio de recursos dos orçamentos de todos os entes, das contribuições sociais dos empregadores, dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos, conforme disposto no art. 195 da Constituição Federal.

A arrecadação líquida acumulada no ano de 2009 atingiu o patamar de R\$ 182,0 bilhões, o que corresponde a um aumento nominal de 11,4% em relação ao acumulado de 2008. A despesa com benefícios previdenciários acumulada, por sua vez, foi de R\$ 224,9 bilhões, representando um crescimento nominal de 12,7% frente ao ano de 2008. Dessa forma, a necessidade de financiamento para o ano de 2009 foi de R\$ 42,9 bilhões, o que significa um aumento nominal de 18,4% na comparação com o ano anterior.

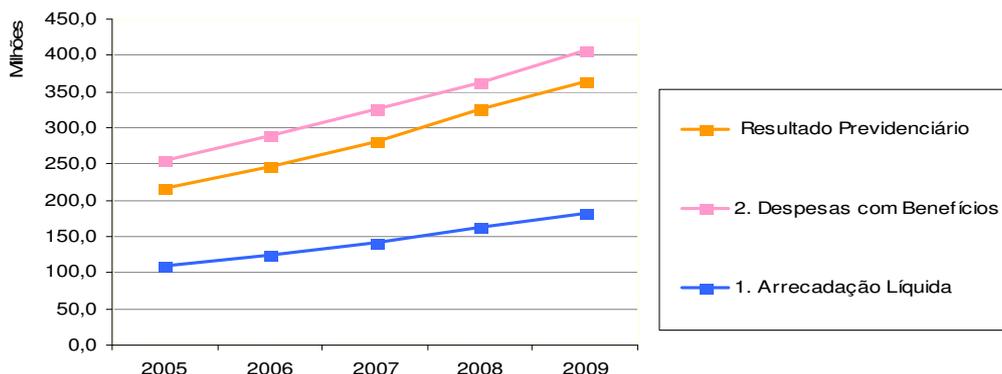
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO RGPS – 2005 e 2009

em R\$ milhões

ITEM	ACUMULADO NO ANO				
	2005	2006	2007	2008	2009
1. Arrecadação Líquida	108.434,1	123.520,2	140.411,8	163.355,3	182.008,4
2. Despesas com Benefícios	146.010,1	165.585,3	185.293,4	199.562,0	224.876,4
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	-37.576,0	-42.065,1	-44.881,7	-36.206,7	-42.867,9

Nota: Valores expressos em reais milhões nominais
Fonte: Fluxo de Caixa do INSS. Elaboração: SPS/MPS

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO 2005-2009



Conforme demonstrado do orçamento sob responsabilidade do MPS, 95,6% está alocado na subfunção Previdência Básica que tem como objetivo garantir o pagamento dos benefícios do RGPS, o que significa aproximadamente 99% da execução da referida subfunção. O 1%, que em 2009 foi de R\$ 827 milhões, visa garantir o funcionamento de todas as unidades vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no que diz respeito ao pagamento das despesas básicas de manutenção das Gerências Regionais, Executivas e Agências da Previdência Social, como água, luz, vigilância, limpeza e demais despesas inerentes ao bom atendimento.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2009

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA "PREVIDÊNCIA SOCIAL" POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL"	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	226.429	98,16	-	-	226.429	98,16
Previdência Básica	220.995	95,80	-	-	220.995	95,80
Previdência do Regime Estatutário	4.373	1,90	-	-	4.373	1,90
Previdência Especial	1.061	0,46	-	-	1.061	0,46
Outras Subfunções	4.255	1,84	-	-	4.255	1,84
TOTAL	230.684	100,00	-	-	230.684	100,00

Fonte: Siafi

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009
(EM R\$ MILHÕES)



O demonstrativo a seguir apresenta síntese da execução orçamentária dos programas associados à função Previdência Social.

CÓDIGO PROGRAMA	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	LIMITE EMPENHO (B)	EMPENHO (C)	% (C/B)
0083 - Previdência Social Básica	1.131.014.868	1.076.708.257	1.076.708.257	100%
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	1.004.136.479	592.313.279	592.313.279	100%
0086 - Previdência Complementar	4.831.466	3.120.882	3.120.882	100%
0087 - Gestão da Política de Previdência Social	70.579.468	62.567.460	62.567.460	100%
0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsab. da União	786.793	786.793	786.793	100%
0750 - Apoio Administrativo	305.773.409	285.467.199	285.467.199	100%
1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	18.740.830	3.203.710	3.203.710	100%
1079 - Educação Previdenciária	3.162.988	2.099.905	2.099.905	100%
TOTAL	2.539.026.301	2.026.267.485	2.026.267.485	800%

Fonte: Siafi - 1despesas discricionárias

Programas Estruturantes

Para efeito do presente relatório foram selecionados para análise, entre os oito programas de governo, cinco considerados estruturantes para o setor "Previdência Social": Previdência Social Básica; Qualidade dos Serviços Previdenciários; Previdência Complementar; Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; e Programa de Educação Previdenciária

Previdência Social Básica

O Programa abrange todas as despesas do Fundo do Regime da Previdência Social, além das demais despesas com manutenção e tem por objetivo garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social. O

mecanismo da Previdência Social possui relevantes papéis na sociedade, que refletem diretamente na área social, econômica e política:

Social: oferece proteção e dignidade, com a redução da pobreza, protegendo o trabalhador durante sua vida laboral e depois, quando já não pode mais trabalhar, garantindo seu sustento e de seus dependentes;

Econômica: com os recursos injetados pela Previdência Social na economia nacional, em mais de 61% dos municípios brasileiros. Esses recursos representam valores superiores aos disponibilizados pelo Fundo de Participação dos Municípios e garantem a movimentação do comércio e serviços nessas localidades;

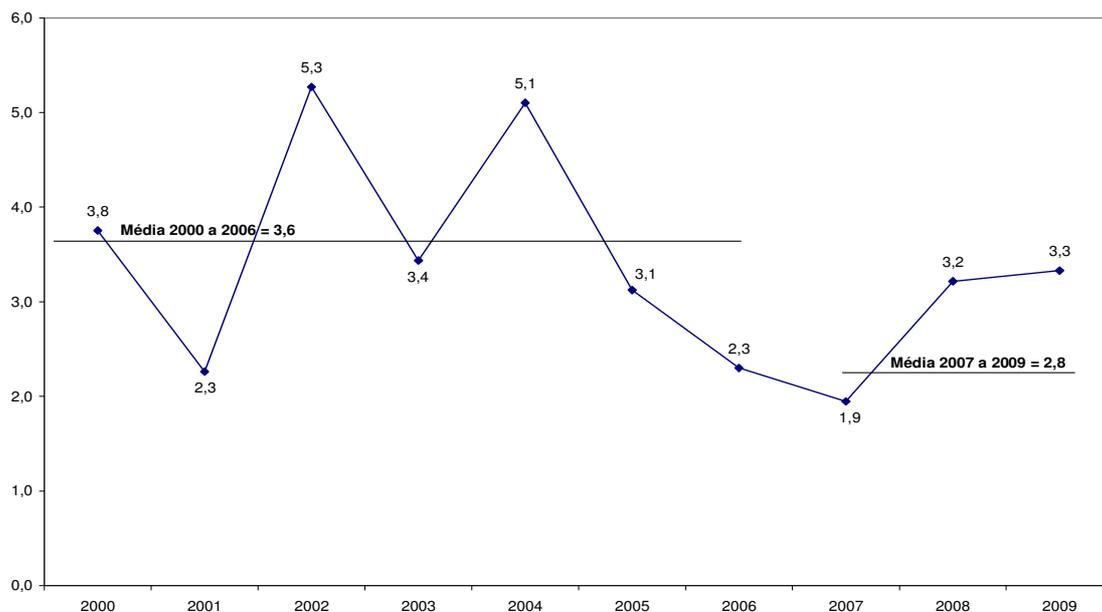
Política: promove a paz social, respeitando os direitos individuais.

A execução do Programa no exercício de 2009 teve o aporte de recursos no montante de R\$ 223,6 milhões, dos quais foram executados R\$ 220,9 milhões, o que representa 98,83% do orçamento.

No âmbito do RGPS, pode-se dizer que os resultados de 2009 representaram, em certa medida, uma reversão do bom momento vivido nos anos de 2007 e 2008. Por um lado, o desempenho econômico do país (que deverá fechar

o ano com crescimento econômico menor, devido aos efeitos da crise financeira internacional eclodida ainda em 2008) fez com que a arrecadação previdenciária avançasse em níveis inferiores ao ocorrido nos últimos anos; por outro, o impacto das medidas de gestão tomadas a partir de 2005 (como a Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, a contratação de médicos peritos e o Censo Previdenciário) começa a mostrar seus limites.

VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS - 2000-2009



Fonte e elaboração: MPS/Secretaria de Políticas de Previdência Social

Ressalte-se, ainda assim, que, embora o país deva apresentar desempenho econômico mais limitado, o desempenho do mercado de trabalho surpreendeu. Nos últimos 12 meses (de dezembro de 2008 a novembro de 2009), o número de postos formais de trabalho aumentou 755,4 mil (2,31%). Como entre janeiro e novembro de 2009 o saldo de postos de trabalho formais é de 1,41 milhão – e, adicionalmente, com o dezembro de 2009 deverá apresentar resultados substantivamente melhores do que o de dezembro de 2008 – pode-se prever que o ano de 2009 feche com mais de 1 milhão de novos postos formais e o desempenho do mercado de trabalho possibilitou um avanço da arrecadação líquida real entre 2009 e 2008 (corrigido pelo INPC) de 6,7% - resultado excelente, diante do cenário econômico nacional e internacional, mas inferior, por exemplo, ao avanço real de 9,2% entre 2008 e 2007.

Em dezembro 2009 a Previdência Social alcançou 23,5 milhões de benefícios previdenciários emitidos. Foram concedidos 4.157.699 benefícios previdenciários e acidentários.

Desse total, o auxílio-doença foi equivalente a 50,13%, as aposentadorias e pensões representaram 36,09% e outros tipos de benefícios totalizaram 13,78%. Por oportuno, é

importante esclarecer que os benefícios assistenciais operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social não estão aqui informados, por integra outra função governamental.

No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, 104.089 foram considerados irregulares ou sofreram redução de renda, retornando aos cofres públicos o valor de R\$ 468,4 milhões.

A previsão física inicial para a ação de reabilitação profissional foi de 25.000 segurados e deu-se em razão do orçamento pleiteado no valor de R\$ 20 milhões. No entanto, o orçamento aprovado foi de R\$ 9,3 milhões e, conseqüentemente, a meta física foi reajustada para 13.770 segurados.

Entretanto, a exemplo do ano de 2008 e com base nas ações que vêm sendo empreendidas para estabelecimento de parcerias, foram atendidos 18.507 segurados, especialmente a partir do uso das cotas de gratuidade nos cursos profissionalizantes conveniados com o Sistema "S", com retorno ao mercado de trabalho.

O Censo Previdenciário foi encerrado na rede bancária em 31.12.2007. Entretanto, existe o estoque de 1.501.126

benefícios pendentes de regularização, por força de batimentos com bases de dados de outros órgãos, a partir do que foram detectadas inconsistências que justificam a realização de outras ações para sua conclusão.

Nesta fase, os trabalhos são desenvolvidos por servidores lotados em outras unidades do Instituto. A principal atividade no exercício de 2009 foi a realização de 15.464 Pesquisas Externas e a convocação de 2.452 segurados por meio de edital. Esses segurados realizaram o Censo por meio de procurador ou representante legal e não foram localizados. Essas atividades custaram R\$ 2,7 milhões.

Indicadores do Programa

- **Taxa de Solução de Demandas: 54,38%**

Foram ampliados os canais de acesso do segurado ao requerimento de benefícios, inclusive com o envio, pelo INSS, de correspondência, antecipadamente à aquisição do direito, àquele que reúne as condições previstas em lei para obtê-lo. Assim, em decorrência da insuficiência de servidores para atender à demanda, há o represamento dos requerimentos, com o impedimento do alcance do índice previsto do PPA de 75%. O resultado em 2009 também ficou abaixo do que foi alcançado em 2008, 84,20%. Uma diferença de aproximadamente 30 pontos percentuais.

- **Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência: 58,32%**

Atualmente é atendida toda a demanda existente com relação aos benefícios requeridos pela população acima de 60 anos. Por este motivo, há o entendimento de que o percentual de atingimento da meta está superestimado, com a tendência da sua diminuição. O índice previsto para o exercício foi de 76,5%. Em 2008, a taxa em questão foi de 75,83%. Por questões de definição da cobertura, foram excluídos dos cálculos os aqueles que percebem o benefício de pensão por morte, por não ser um benefício de amparo à pessoa de 60 anos, mas a todo aquele que, independente da idade, é dependente econômico de um segurado que tenha falecido.

- **Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho: 60,2%**

O índice estabelecido para o ano de 2009 foi de 68%. Este índice não foi alcançado principalmente devido à redução do número de segurados encaminhados ao Programa de Reabilitação, face ao número insuficiente de servidores para o atendimento técnico, bem como a dificuldade de aquisição de cursos profissionalizantes para a formação profissional do segurado e o conseqüente retorno ao trabalho. De qualquer forma, foi mantido, praticamente, o mesmo percentual de 2008 - 59,90%, resultando ainda em uma pequena melhoria.

- **Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social: 67,73%**

Houve o aumento do quantitativo de processos recebidos no Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

Desse volume, 60% referem-se a processos que envolvem matéria de perícia médica e, naquele Conselho, não existe o número suficiente de profissionais Peritos Médicos para atender à demanda, o que impossibilitou o alcance da meta prevista para este indicador neste exercício (80%). Em virtude dos fatores expostos, houve uma redução do indicador de aproximadamente 15 pontos percentuais em relação a 2008, quando foi registrado o percentual de 83%.

Qualidade dos Serviços Previdenciários

No âmbito do Programa, a Previdência Social atendeu, em 2009, 44,6 milhões de cidadãos de forma presencial e 65 milhões pela Central de Teletendimento 135.

Para garantir um atendimento digno a esses cidadãos, com qualidade, comodidade e rapidez, o INSS tem direcionado os recursos do Programa para ações que facilitem o acesso dessas pessoas aos seus direitos, contribuindo assim para o bem-estar social.

Entre essas ações, destacamos: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que contempla o Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e outras obras de modernização, ampliação e reforma das atuais unidades, garantindo mais conforto aos usuários e servidores, assim como a acessibilidade a pessoas com deficiência; Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários e Gestão da Melhoria Contínua Organizacional, resultando em melhorias no Agendamento Eletrônico e na instalação de Salas de Monitoramento, que permitem o controle do atendimento em todas as agências, em tempo real.

Outra ação que merece destaca é Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social, assegurando o direito do cidadão de manifestação sobre a atuação da Previdência Social e de orientação a respeito de demandas e processos, ampliando o controle social. A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é a unidade responsável pelo registro e tratamento das manifestações, que são encaminhadas pelos usuários da Previdência Social e público em geral, na forma de reclamações, sugestões, denúncias e elogios com objetivo de disponibilizar canal direto de comunicação, entre a Instituição e o cidadão, e oferecer resposta conclusiva para as manifestações.

A análise do conteúdo das manifestações recebidas dos usuários possibilita que novas ações de melhoria sejam implantadas, principalmente com relação à implementação de projetos de otimização da concessão de benefícios. A busca pelos serviços prestados pela Ouvidoria é crescente, no período de agosto/1998, mês de sua criação, até dezembro/2009 foram cadastradas 1.794.964 manifestações, das quais 95% foram solucionadas. Em 2009, a média mensal de usuários que buscaram os serviços prestados pela Ouvidoria foi de, aproximadamente, 16 mil usuários/mês. No decorrer do exercício foram processadas 330.026 manifestações, das quais 75% resultaram no atendimento direto de 246.262 cidadãos.

A execução financeira do Programa ficou em torno de

59%, não apresentando restrições quanto ao contingenciamento orçamentário e à descontinuidade na liberação de recursos. O resultado financeiro apresentado pelo Programa deve-se, principalmente, ao desempenho da ação Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS. A dotação orçamentária aprovada para esta ação foi de R\$ 665,4 milhões. Desse valor, R\$ 327,7 milhões foram empenhados (49,25%) e R\$ 13,2 milhões pagos.

Indicadores do Programa

- **Tempo Médio de Concessão (TMC): 24 dias em dezembro/2009**

Esse indicador superou a previsão PPA (25 dias) e apresentou estabilidade durante todo o exercício de 2009, em janeiro foram 23 dias e em dezembro, 24 dias. Salientamos que, em 2009, o Instituto atravessou um período de instabilidade de sistemas e greve de seus servidores, o que prejudicou a manutenção dos valores de 2008, que foi de 21 dias.

- **Tempo Médio de Espera (TME): 28 minutos**

Em relação ao TME, houve melhora de 32% dos valores que iniciaram o ano – 41 minutos, terminando o exercício em 28 minutos. Também foi superada em 8,36 minutos a posição de 2008 (36,36 minutos).

Previdência Complementar

As dimensões do sistema de previdência complementar fechado justificam a aprovação dos órgãos regulador e fiscalizador, por meio da Lei nº 12.154/2009, dada a importância crescente na economia brasileira, com a significativa expansão dos ativos administrados pelos fundos de pensão. Os dados a seguir demonstram a importância do sistema de previdência complementar fechado para o desenvolvimento econômico e social do país: 372 Entidades Fechadas de Previdência Complementar ativas; 2.627 Patrocinadores ativos; 1.053 Planos Previdências ativos; 497 bilhões de patrimônio; 6.300.234 de pessoas abrangidas; e 48 Planos Assistenciais.

A criação da autarquia especial significa para o seguimento de previdência complementar a oportunidade para estruturação do órgão responsável pela fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de suas operações, que permitirá mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e controle, com vistas em dar proteção e zelar pelo interesse dos participantes e assistidos. Além disso, atuar como órgão de fomento na execução de políticas públicas e no incentivo ao fortalecimento da poupança nacional.

O Programa tem como objetivo zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

No âmbito do desenvolvimento de Pessoas foi elaborado o Programa de Capacitação anual com o objetivo de promover o desenvolvimento permanente do servidor público e o incentivo e apoio às iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais. O Plano de Capacitação é constituído por diretrizes e ações que orientam o processo de capacitação dos servidores, objetivando potencializar esforços, buscando mecanismos de auto-realização e melhoria das condições de trabalho.

As atividades de capacitação influenciam na melhoria das análises técnicas, na formação dos profissionais que atuam na fiscalização, na geração de conhecimento próprio dentro da instituição e no desenvolvimento pessoal dos servidores. Destacam-se, em 2009, os seguintes eventos:

- Participação de dois servidores no curso “*Máster em Dirección Y Gestion de Planes Y Fondos de Pensiones*”, realizado pela Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS), em conjunto com a Universidade de Alcalá (Espanha) e com a Fundação Centro Internacional de Formação Financiera (CIEFF). Trata-se de um curso à distância que possui uma fase presencial para a defesa de tese em Madri - Espanha.
- Encontram-se em andamento dois cursos de especialização, sendo: MBA em Gestão de Pessoas e em Direito Administrativo.

METAS E RESULTADOS

em R\$1,00

PREVISTAS		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
62	115.372,00	125	94.479,33

Fonte: SIGPlan

Observa-se que em 2009, a execução física foi superada em 101,61%, ainda que tenha ocorrido o contingenciamento de parcela dos recursos alocados na ação.

Assim, buscaram-se outras formas de executar o Plano de Capacitação, como a realização de parcerias com os diversos atores do sistema de previdência complementar com o intuito de permitir a participação dos servidores da SPC, sem custos, em cursos, treinamentos e outros eventos de capacitação.

No que diz respeito a Autorizações e Análises de Estatutos, Regulamentos de Planos e Convênios de Adesão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a meta física demonstra a produtividade do setor, ou seja, as autorizações concedidas. Informe-se que no presente exercício foi atingido o percentual de 73,29% do planejado, somando 686 autorizações concedidas das 936 previstas.

Ressalte-se que no exercício de 2009 foi aprovada a criação de duas novas EFPC e de 38 novos planos de previdência complementar. Cabe registrar que por se tratar de uma ação não-orçamentária, não há previsão de

execução financeira.

Esta ação objetiva contemplar a atividade de supervisão prévia prevista no art. 33 da lei Complementar nº 109/2001.

Ao se avaliar a ação Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar entende-se que tanto a execução orçamentária, como a execução da meta física alcançaram níveis satisfatórios em relação ao que fora programado.

Com relação à execução orçamentária do Programa faz-se necessário alguns esclarecimentos adicionais para o melhor entendimento dos números referentes aos créditos disponibilizados, comparativamente aos valores que foram empenhados, liquidados e finalmente pagos. Aqueles créditos montavam em R\$ 1,9 milhões em contrapartida ao valor de R\$ 361 mil.

Com relação execução da meta física de responsabilidade do Departamento de Fiscalização, cabe esclarecer que das 86 fiscalizações previstas para o exercício de 2009 (e inseridas no SIGPlan) foram concluídas 82, representando um percentual de execução de mais de 95%.

Em síntese, a ação de fiscalização abrange, além do acompanhamento dos investimentos feitos pelos fundos de pensão, a adequação das premissas atuariais adotadas pelos planos de benefícios (tábuas de mortalidade, taxa de juros etc.), com a finalidade de, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios operados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, em harmonia com a política de desenvolvimento sócio-econômico.

Os indicadores de desempenho desenvolvidos pela Secretaria de Previdência Complementar incluem o indicador que é utilizado para o acompanhamento do Programa Previdência Complementar (PPA 2008-2011) e os que estão diretamente relacionados com as atribuições institucionais da Secretaria.

Dessa forma, a análise conjunta desses indicadores, dentro do contexto em que se encontram, proporciona uma visão gerencial do desempenho da Secretaria, auxiliando em seu desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para o setor regulador.

Indicador do Programa

- **Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)**

A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória).

Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

O resultado alcançado em 2009 foi de 17%. A alta no valor do indicador (em comparação ao ano anterior) foi causada pela manutenção do PIB (dados de 2008 em razão do PIB 2009 ainda não disponível) em contrapartida a uma alta do volume de ativos das entidades no patamar de 11%.

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC E DO PIB

em R\$ bilhões

EXERCÍCIO	RESULTADO DO INDICADOR EM %	ATIVO DAS EFPC	PIB A PREÇOS CORRENTES
2005	15,93	321.834.346.787,11	2.147.239,0000
2006	18,10	377.526.213.326,94	2.369.484,0000
2007	18,30	457.702.963.475,84	2.661.344,0000
2008	15,30	444.494.047.149,99	3.004.881,0500
2009	17,00	497.379.728.837,92	Indisponível
% DE CRESCIMENTO		38,11 %	39,91%

Fontes: SIGPlan, DERIN/SPC e IBGE

Para analisar a evolução do indicador separamos o período observado em dois momentos: antes e depois da crise mundial.

Observa-se que no período antes da crise econômica mundial ocorrida em 2008 houve uma evolução gradativa e crescente do indicador ano após ano.

Já no ano de 2008 acredita-se que a influência da crise mundial houve uma queda no percentual do indicador em relação ao ano de 2007 da ordem de 16%, recuperando em seguida quando registrou crescimento de 11% em

2009 comparativamente com o exercício de 2008.

Significa dizer que tanto os ativos das EFPC quanto a poupança nacional decorrente dos fundos de pensão tiveram uma redução de 16% em 2008 e um crescimento de 11% em 2009.

Outro dado importante é que no período de 2005 a 2008 houve crescimento acumulado dos ativos totais das EFPC de 38,11% e do PIB de 39,91%, registrando assim, maior crescimento do PIB em relação aos ativos das EFPC, da ordem de 1,8 ponto percentual.

Até a data de 10.02.2010, o IBGE não havia disponibilizado o valor do PIB a preços correntes referente ao exercício de 2009, motivo pelo qual se utilizou do valor do PIB relativo ao exercício de 2008 na apuração do índice.

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

O objetivo do Programa é promover o acesso com qualidade à seguridade social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização para implementar uma política previdenciária justa e sustentável.

Entre as ações na área da previdência do servidor público cabe destaque a ação de supervisão, controle e normatização exercida pela União por intermédio do MPS

Merece destaque a execução de 95% dos recursos destinados a Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos. Foram realizadas mais de 390 ações nos estados e municípios, gerando a emissão de igual número de Notificações de Auditoria – NAF; 315 Processos Administrativos Previdenciários – PAP com o estabelecimento do contencioso administrativo; 235 Representações a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria Geral da União - CGU, Banco Central do Brasil - Bacen, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e INSS.

Ainda decorrente da ação direta de auditoria nos Regimes Próprios e estabelecimento do contencioso administrativo, no exercício de 2009, foram proferidas mais de 750 decisões administrativas em PAP que tratam de decisões notificações, decisões de recursos e despachos decisórios, além da emissão de pareceres e informações em processos judiciais interpostos pelos entes federativos.

Educação Previdenciária

No Brasil, há mais de 55 milhões de trabalhadores protegidos, por outro lado, existem 28,6 milhões de pessoas sem qualquer tipo de cobertura social.

Ampliar a cobertura previdenciária é o objetivo do Programa e para isso existem desafios a serem superados, entre eles o desconhecimento das normas e regras da Previdência Social e a ausência de cultura preventiva.

A promoção de ações educativas é um processo contínuo junto à sociedade, pois os trabalhadores, os segurados, aposentados e pensionistas, necessitam de orientação e

informação sobre a legislação e os serviços oferecidos pela rede de atendimento do INSS, com vistas ao reconhecimento e manutenção do direito aos benefícios.

A capacitação de 609 servidores para atuarem como “disseminadores do conhecimento previdenciário” foi fundamental para o sucesso dos resultados alcançados. Em 2009 as ações foram direcionadas aos trabalhadores e empregadores domésticos, trabalhadores da construção civil, construtoras e empreendedores individuais e para a divulgação das melhorias do atendimento, em consonância com as diretrizes do INSS.

Foram atendidos 498.574 cidadãos nos eventos de orientação e informação e formados 11.594 disseminadores externos das informações previdenciárias.

Com objetivo de ampliar a atuação do Programa foram celebradas parcerias com: a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), a Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial - Presidência da República (Programa Brasil Quilombolas, Comunidades Ciganas e Matrizes Africanas) e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia.

A inclusão do tema Educação Previdenciária nas Escolas é desejo e necessidade identificados pela Previdência Social e pela própria sociedade, assim, também foi celebrada parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para inclusão do tema na grade curricular transversal nas Escolas Públicas da Rede Estadual do Ensino de Goiás.

Indicador do Programa

- **Cobertura Social: 65,9%**

O índice apurado para o indicador de Cobertura Social ultrapassou a previsão do PPA para o ano de 2009, de 64,68%. Recentes estudos realizados no Ministério da Previdência Social atribuíram a superação do índice ao crescimento do mercado de trabalho formal e às políticas de incentivos à contribuição previdenciária, como o Simples Nacional. O índice também superou a posição de 2008 – 65,30%.

Uma diferença de 0,6 pontos percentuais, o que significa um acréscimo de aproximadamente mais de meio milhão de pessoas com acesso à proteção social, considerando os dados da população economicamente ativa ocupada segundo posição no trabalho principal (PNAD/IBGE/2008).

RECEITAS ARRECADADAS POR NATUREZA

em R\$ milhões

NATUREZA DA RECEITA	FONTES ORÇAMENTÁRIAS	EXECUÇÃO DA RECEITA
12103001 - CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. - CONTR. INDIV.	0154	2.868
12103002 - CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO – ASSALARIADO	0154	36.038
12103003 - CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	0154	70.331
12103004 - SIMPLES	0154	11.768
12103005 - EMPRESAS - ESPETÁCULOS ESPORTIVOS	0154	50
12103006 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRODUÇÃO RURAL	0154	2.629
12103007 - CONTR. PREV. REG. PARCELAMENTO DE DÉBITOS - RGPS	0154	2.148
12103008 - SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	0154	8.042
12103009 - RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	0154	1.574
12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO	0154	663
12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL	0154	6
12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEG. OBRIG. - EMP.DOMÉSTICO	0154	2.033
12103015 - CONTRIB. PREV. DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	0154	16.060
12103016 - CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	0154	1.775
12103017 - CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGAÇÃO	0154	14.116
12103018 - ARRECADADO FIES-CERTIFICADOS FINANCEIRO TESOUREO NAC.	0154	765
12103021 - CONTR. PREV. NA FORMA DE DEPÓSITO JUD.,REC. E CUSTAS	0154	3.549
12103023 - RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL	0154	3.034
13110000 - ALUGUEIS	0150	5,6
13152000 - TAXA OCUPAÇÃO IMÓVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	0150	0,6
13220000 - DIVIDENDOS	0150	9,8
13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0180	151
13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS NÃO DESEMBOLSADOS	0180	104
16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0250	76
19123001 - MULTAS/J. MORA CONTR. PREV.SEG. OBRIGAT. C. INDIV.	0154	44
19123002 - MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. SEGURADO ASSALARIADO	0154	299
19123003 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG. ASSAL.	0154	369
19123006 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUÇÃO RURAL	0154	14
19123007 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB.	0154	332
19123008 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	0154	44
19123009 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALHISTA	0154	40
19123012 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	0154	4
19123014 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPREG. DOMÉSTICO	0154	39,5
19123015 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ÓRGÃOS PODER PÚBLICO	0154	129
19123016 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTRÓPICAS	0154	22
19123017 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGAÇÃO	0154	113
19123018 - MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOUREO	0154	0,2
19140401 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I.	0154	0,8
19140402 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG. ASSALARIADO	0154	69
19140403 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS	0154	177
19140408 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRAB.	0154	23
19140411 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP	0154	0,2
19140413 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA	0154	0,3
19140415 - MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD. PÚBLICO	0154	32
19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	3
19195000 - MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO	0150	42
19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES	0100	6
19220200 - RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	0154	154
19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0100	2
19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0150	27
19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	0100	7
19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	0150	2
19320102 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO	0154	155
19320103 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIADO	0154	326
19320108 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	0154	41
19320115 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	0154	22
19320122 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS	0154	778
19909900 - OUTRAS RECEITAS	0100	4
22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0150	70
TOTAL		181.187

Fonte: Siafi Gerencial

¹ fontes orçamentárias: 0100 - Recursos Ordinários, 0150 - Recursos não-Financeiros Diretam. Arrecadados, 0154 - Contribuição dos Emp. e dos Trab./Seg.Social, 0180 - Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados, 0250 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados.